



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0020/13	DATA: 27/02/2013
INÍCIO: 11h17min	TÉRMINO: 12h26min	DURAÇÃO: 01h09min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h09min	PÁGINAS: 26	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação dos requerimentos constantes na pauta. Debate sobre os procedimentos na CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 37ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Solicitada a dispensa da leitura pelo Deputado Major Fábio, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós comunicamos a presença de alunos da Escola Britânica de São Paulo, que aqui vieram com o objetivo de conhecer o trabalho das Comissões. Sejam bem-vindos a esta CPI que investiga o tráfico de pessoas.

Nós verificamos que há um crescimento dessa atividade criminosa no País. Ontem foi lançado o II Plano de Enfrentamento dessa questão por três Ministérios. O Ministério da Justiça, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos lançaram esse plano, que vai precisar muito da ação do Parlamento. Ontem foi dito que o enfrentamento não se dá apenas no Executivo, mas no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, no Parlamento. As Comissões têm um papel importante na descoberta de diversas situações que estão aí. Nós vamos elucidando essas questões.

É importante que vocês estejam participando desta reunião da CPI que trata do tráfico de pessoas no Brasil.

Tem a palavra a nossa Relatora, a Deputada Flávia Moraes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive, Deputado Luiz Couto, eu gostaria de sugerir que alguém do Ministério da Justiça — eles devem vir no dia 6 — pudesse fazer aqui na Câmara uma apresentação desse II Plano de Enfrentamento, talvez aqui mesmo, na CPI, talvez na Comissão de Segurança. Eu até queria



ressaltar a importância de que esse II Plano seja bem articulado entre vários órgãos do Governo, muito bem articulado. Não adianta haver um plano lindo, perfeito, mas que seja executado só pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres. É importante o envolvimento de Ministérios como o da Saúde e o da Educação na prevenção. É importante o envolvimento de outros órgãos, como V.Exa. disse. Menciono o Judiciário, o Ministério Público e a Câmara Federal, que precisa melhorar a legislação justamente para combater a impunidade. Então, nós precisamos, com todo o respeito, fazer isso.

Parabenizo o Ministério da Justiça pela iniciativa do II Plano, porque já é um avanço em relação ao I Plano, mas precisamos ressaltar a importância dessa interlocução, da integração desse plano quanto a todos os órgãos, que podem justamente formar essa rede de proteção. É claro que esse plano foi elaborado a muitas mãos, foi muito discutido, mas agora que ele está com o seu desenho final é importante que seja apresentado a todos esses órgãos e também, de forma vertical, aos Estados e Municípios, para que haja um trabalho de todos, em sintonia com esse plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. E na próxima semana nós teremos a nossa conversa com o Ministro da Justiça. Estava marcada para ontem, mas, em decorrência do lançamento desse II Plano de Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, nós também faremos essa provocação ao Ministro.

Eu quero dar as boas-vindas ao Deputado Major Fábio, que está aqui pela primeira vez. O Democratas tinha como representante o Deputado Mendonça Prado, e agora tem dois representantes, com a presença do Deputado Major Fábio, que é do Democratas da Paraíba.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Seu conterrâneo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Meu conterrâneo. E já peço ao Presidente que depois possamos marcar aquela nossa ida à Paraíba, para que possamos realizar as nossas diligências também e analisar os outros casos de tráfico de pessoas que estão sendo denunciados em nosso Estado.



A Deputada Professora Dorinha Seabra Resende, do Tocantins, é a suplente do Democratas.

Tem a palavra o Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Presidente Deputado Luiz Couto, é um prazer muito grande ingressar nesta CPI. Antes mesmo de ingressar nesta CPI mantive contato com o Presidente, que nos atendeu prontamente, com muita atenção, sobre o caso na Paraíba de uma menina de 11 anos que foi buscar a nota final — ela mora praticamente a 150 metros da escola — e desapareceu. Essa menina desapareceu. Eu acredito que ela pode realmente ter sido morta. O caso pode ser elucidado na Paraíba. Ela pode ter sido morta, pode estar enterrada na Paraíba, mas até agora, mais de 40 dias depois, não se elucidou o caso.

A Paraíba é grande, mas ao mesmo tempo é pequena. É um Estado em que as pessoas se conhecem. Em João Pessoa, essa menina desapareceu há mais de 40 dias. A família está dormindo à base de medicamentos, os avós e os pais, e a Paraíba está sem resposta.

Por que foi que nós mantivemos contato com o Presidente desta CPI? Porque houve um caso, Deputado Luiz Couto, na Paraíba, o caso Andrezza, de que até hoje o Estado da Paraíba está sem resposta. Nós não temos resposta do caso Andrezza. O pai já morreu, e a Paraíba não sabe se ela está viva, se está enterrada. Nós não admitimos uma situação como essa. Nós não admitimos que a Polícia brasileira, a Polícia paraibana não consiga elucidar isso. Eu acredito que a CPI deve ir à Paraíba, deve ouvir o Secretário, porque o Secretário de Segurança da Paraíba, quando eu falei em tráfico de seres humanos, disse: “Eu desconheço, eu desconheço que haja tráfico de seres humanos na Paraíba”. Agora nos deparamos com a notícia, praticamente 1 semana depois, de que jovens da Paraíba podem estar sendo levados para Roma, para a Itália, e o Secretário desconhece isso.

Parece que no Brasil as autoridades desconhecem o que está acontecendo no Brasil. Acho que há muito tráfico de pessoas no Brasil, na Paraíba, em todos os Estados há pessoas sendo escravizadas, Sr. Presidente, e há muita gente acomodada neste País, gente que não enxerga o que acontece embaixo do seu nariz, gente que precisa realmente de um solavanco para poder ver o que está ocorrendo em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Iremos à Paraíba tanto para ouvir testemunhas, depoimentos, quanto para realizar algumas diligências com relação às autoridades, no sentido de identificar as investigações que estão sendo feitas para o enfrentamento dessa questão do tráfico de pessoas.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - V.Exa. falou em diligência, mas já há uma data marcada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É isso que estamos combinando com o nosso Presidente, porque há um requerimento nosso para se realizar uma audiência pública na Paraíba, de antes de V.Exa. estar aqui. Então, nesse sentido, vamos combinar com ele.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu subscrevo. Posso subscrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em havendo a reunião da CPI lá, todos os Parlamentares da Paraíba que são da Comissão serão bem-vindos, para que possamos fazer uma bela audiência pública.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Faço esta intervenção porque é necessário que a gente aja com urgência, porque senão o caso vai adormecendo, e as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É porque nós temos uma agenda para esta semana e para a semana que vem, em São Paulo. Estou pedindo agora ao Presidente que marque com a maior urgência possível.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - A Paraíba já tem dois membros. Nós podemos até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Certo. Também comunico que a CPI viaja hoje à noite para Rio Branco, Estado do Acre, para realizar uma audiência pública e diligências naquele Estado sobre tráfico de pessoas.

Expediente: ofício do gabinete do Deputado Antonio Bulhões, justificando a sua ausência na reunião do dia 19 de fevereiro de 2013, devido a compromissos partidários no Estado de São Paulo.

Convido o nosso Presidente para assumir agora, já. Como há muitos requerimentos de sua autoria, nós já aproveitamos e passamos à Ordem do Dia.



A presente reunião destinava-se à oitiva dos Srs. José Augusto dos Santos, Reynaldo Luís Akeley e Ronildo Borges de Souza, e à apreciação dos requerimentos constantes na pauta. *(Pausa.)*

Houve o problema de não termos os dados, os endereços, conforme comunicação feita aqui pela assessoria. Agora temos esses informes e vamos convocá-los. Se não comparecerem, virão, de acordo com a Justiça, sob força policial, para aqui prestarem depoimento. Foram enviados ofícios de convocação a todos, mas a Secretaria da CPI não conseguiu contatos telefônicos nem a confirmação da presença deles. Foram solicitados à Polícia Federal endereços e telefones dos convocados, o que a Comissão já tem.

Item 1: Requerimento nº 78, de 2013, da Deputada Janete Capiberibe, que requer seja convidado a prestar esclarecimentos perante esta CPI o Exmo. Sr. Juiz Saloé Ferreira da Silva, da Comarca de Mazagão, Amapá, e convocada a Sra. Magali Bandeira dos Santos, o Sr. Ruan Carlos dos Santos Almondes e a Sra. Darlita Daniela Barros.

Alguém quiser encaminhar? A Deputada não está presente, não quer encaminhar. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2: Requerimento nº 79, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer sejam convidados o Sr. José Ciaglia, Presidente da Associação Atlética Portuguesa — Portuguesa Santista —, e o Sr. Ronildo Borges de Souza, olheiro, para esclarecerem a CPI sobre fatos veiculados pela imprensa de suposta situação análoga ao tráfico de menores jogadores de futebol.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, isso é apenas uma correção do requerimento anteriormente aprovado. Houve um erro no nome da pessoa convidada.



Com relação a essas escolinhas, estamos fazendo esse convite à Portuguesa, que inclusive já foi condenada pela Justiça de São Paulo em primeira instância. A proposta é de que a oitiva ocorra em São Paulo porque estaremos numa audiência lá em São Paulo.

No caso de Aracaju e do Piauí, um cidadão, um olheiro, abusou de 11 meninos, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nesse caso do olheiro, seria convite ou convocação?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aqui está como convite.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então temos de fazer uma emenda, só para corrigir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E José Ciaglia também seria convocado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Acho que todos os dois são acusados; então, é convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, em vez de se ler "convidar", leia-se "convocar" os dois para prestarem depoimentos na CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em discussão, com a emenda.

Os Deputados e as Deputadas que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3: Requerimento nº 80, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer seja convidado o Sr. Eber Machado, Deputado Estadual do Acre, para falar, em audiência pública nesta CPI, a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, nós estamos indo para a audiência lá no Acre, e esses requerimentos relativos ao Acre são de pessoas que já foram denunciadas pela Operação Delivery. A Deputada Antonia não está aqui hoje, mas ela tem insistido muito na presença desta CPI lá, e eu já



ponderarei com ela que eu acho que a gente deveria seguir essa denúncia. Existe uma vastidão de denúncias sobre esse problema no Acre, mas eu acho que a CPI deve ater-se àqueles casos que já são notórios, que já são públicos, para a gente não correr o risco de convocar pessoas que estejam sob suspeita frágil, o risco de expor essas pessoas. Eu acho que a gente deveria conter-se, e esses casos estão enquadrados nessa situação de pessoas que já foram indiciadas. Indiciadas, não; já foram elencadas na Operação Delivery.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Casos que já são de domínio público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Já são de domínio público. Portanto, não estaríamos correndo nenhum risco de transgressão, salvo algum outro caso que lá na audiência possa ser revelado e aí teremos de comentar. Não vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É claro. E a própria CPI poderá convocar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Poderá convocar, exatamente. Mas *a priori* eu acho que a gente deveria conter-se a esses casos que são objeto da Operação Delivery e que suponho, por ser uma operação da Polícia Federal, já tenham sido investigados de alguma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em votação o requerimento.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4: Requerimento nº 81, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu gostaria de fazer uma sugestão: como todos esses próximos requerimentos são relacionados a pessoas que serão convocadas no Acre, envolvidas na mesma Operação Delivery, eu acredito que o encaminhamento do autor deve ser o mesmo para todos, não é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu gostaria de saber da possibilidade de eles serem votados em bloco, para que a gente possa dar agilidade à nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós temos a obrigação de fazer a leitura. Faremos a leitura de todos eles e o Deputado Arnaldo Jordy fará o encaminhamento da matéria.

Item 4: Requerimento nº 81, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer seja convidado o Sr. Carlos Maia, Procurador de Justiça do Ministério Público do Acre, para falar, em audiência pública nesta CPI, a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Item 5: Requerimento nº 82, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer seja convidado o Sr. Almir Andrade, para falar, em audiência pública nesta CPI, a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Item 6: Requerimento nº 83, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer seja convidada a Sra. Angélica de Moura Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para falar, em audiência pública nesta CPI, a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Item 7: Requerimento nº 84, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a convocação do Sr. Assuero Veronez, para depor a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Item 8: Requerimento nº 85, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a convocação do Sr. Fernando Martins, Vereador. (*Pausa.*)

Até o item 6 é convite; os outros são convocações. Deputado, a votação seria até o item 6, porque depois o item 7... O 9 também é convite. Depois nós votaremos as convocações.

Item 9: Requerimento nº 86, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer seja convidada a Sra. Helenice Frez Carvalho, da Polícia Civil do Acre, para falar, em audiência pública nesta CPI, a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.



Para encaminhar esses requerimentos de convite para a audiência pública no Acre, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É isso que a Deputada Flávia já disse. Todos esses casos foram sugeridos pela nossa assessoria, pela nossa Comissão. São casos que já estão previstos na Operação Delivery, que foi realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre. Então, pressupõe-se que esses casos já tenham sido minimamente investigados. Portanto, nós vamos lá apenas ouvir essas pessoas que estão envolvidas, no sentido de ajudar a elucidar essa situação grave em Rio Branco, no Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Estão em votação o item 3, Requerimento nº 80, de 2013; o item 4, Requerimento nº 81, de 2013; o item 5, Requerimento nº 82, de 2013; o item 6, Requerimento nº 83, de 2013; e o item 9, Requerimento nº 86, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy.

Os Deputados e as Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Passamos agora para os itens de convocação.

Item 7: Requerimento nº 84, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a convocação do Sr. Assuero Veronez, para depor a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Item 8: Requerimento nº 85, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que requer a convocação do Sr. Fernando Martins, Vereador de Rio Branco, para depor a respeito da Operação Delivery, realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Acre.

Sr. Deputado Jordy, deseja encaminhar? (*Pausa.*) Não é preciso.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação os requerimentos.

Os Deputados e as Deputadas que aprovam esses dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Convido o Deputado Presidente. (*Pausa.*)



Nós estivemos na semana passada, no final de semana, em Salvador, onde tivemos a oportunidade de conversar com o Ministério Público sobre as diversas investigações que estavam acontecendo lá. Depois tivemos uma audiência pública na qual ouvimos pessoas que denunciaram essa prática do crime de tráfico de pessoas, e algumas inclusive pediram que fossem ouvidas em caráter reservado. Pedimos ao Ministério Público que ouvisse essas pessoas. Depois tivemos a audiência pública para ouvir Carmem Topschall, quando tivemos a oportunidade de, em quase 3 horas de depoimento, colocá-la diante da situação, porque ela mentia o tempo todo. Nós tínhamos em mãos o depoimento que fora prestado ao Ministério Público e pudemos confrontar essas pessoas. Foi bom, porque no final nós pedimos — não foi, Deputado? — que, se ela aceitasse... porque ela desmentia tudo! Ela não viu ninguém, ela queria apenas ajudar os pobres e fazer caridade. Depois nós propusemos que ela fizesse, numa audiência pública, uma acareação com as diversas pessoas que têm denúncias.

Inclusive uma das mães que nós ouvimos em Monte Santo disse que foi dopada pela Sra. Carmem, e foram-lhe retirados seus dois filhos menores. Quando ela acordou os filhos não estavam mais com ela. E a intermediária, a olheira disse: “Não, ela levou para cuidar, porque seus meninos estão doentes, mas depois de 1 semana seus filhos voltarão para a senhora”. Que caridade é essa, não é?

Também tivemos lá o depoimento de uma das pessoas que estavam em Salamanca, numa boate, num caso que a Polícia Federal e a polícia da Espanha conseguiram desbaratar. Ela prestou-nos, em caráter sigiloso, é claro, até para segurança, um depoimento que revela que a situação é mais grave do que aquilo que a novela apresenta. Quer dizer, a situação é de extrema gravidade. Inclusive nós pedimos à Polícia Federal, em relação também a outros casos, que continuasse com essas investigações.

Tivemos também uma audiência sobre a chamada Operação Planeta, em que um casal é acusado de aliciar moças para levá-las para a Espanha. É claro que ele disse que não tinha nada disso, disse que apenas serviu de motorista. Mas depois nós começamos a ouvir a mulher dele e ela começou a dizer muitas coisas, e o advogado dela, que queria que dissesse aquilo que interessava a ele, disse que ela não falaria mais, a não ser em juízo. E nós concluímos a nossa ação lá em Salvador.



No outro dia, nós fomos para Monte Santo. Em Monte Santo, ouvimos mães biológicas que denunciaram o que acontecia, ouvimos pessoas que eram olheiras ou intermediárias e ouvimos também populares que trouxeram outras denúncias.

À tarde, muita gente foi à Câmara Municipal. Estava cheia. Acho que os Vereadores nunca tiveram uma plateia como aquela, em que muitos pediram a palavra para dizer do processo de corrupção existente naquela região. Por exemplo, uma das mulheres lá, que estava grávida, não precisava fazer cirurgia e estava no hospital; o médico do hospital disse que ela não precisava, que o parto dela seria normal, mas levaram-na para uma clínica particular e ela teve de fazer cesariana para tirar a criança, e a criança foi tirada já.

Algo que chama a atenção é o fato de que essas crianças que são retiradas não têm pai, só mãe. Se houvesse o pai, para que elas fossem “doadas” — entre aspas —, teria de haver a autorização também do pai biológico. A realidade é muito triste para nós, mas vamos continuar. Amanhã estaremos em Rio Branco para dar continuidade a esse trabalho de investigação.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É importante, Deputado Luiz Couto, chamar a atenção para a questão da vulnerabilidade do local escolhido para se fazer esse tipo de aliciamento de mães em estado de extrema pobreza para doação de seus filhos. É lamentável, mas o que a gente vê, infelizmente, até no meio da sociedade, é um mito; ou seja, há a visão de que a criança, ao ser retirada de uma família carente e ser entregue a uma família de maior poder aquisitivo, é objeto de uma caridade. Essa criança estaria sendo ajudada a ter uma vida melhor.

Na verdade, essa é uma visão do nosso mundo capitalista. Eu não acredito que alguém possa ser feliz longe da sua família biológica. Mesmo que a pessoa tenha tudo, todo o carinho, todos os bens materiais, sempre tem a necessidade de conhecer sua identidade, saber de onde veio, conhecer a genética dela, saber quem era seu pai, quem era sua mãe. Nada, não tem preço isso. Infelizmente, algumas pessoas têm essa ilusão; daí a dificuldade, e também a facilidade com que uma pessoa como essa, como Carmem, encontra até no meio do Judiciário, no sentido de obter apoio para fazer esse tipo de encaminhamento de crianças. Eu fiquei impressionada com o depoimento dela, de Carmem. Ela disse que a escritã do juiz ligou para ela e pediu que ela encontrasse uma família. Essa pessoa, que esteve lá



aliciando várias mulheres, várias mães carentes, no Município, foi a pessoa chamada pela escritã do juiz para encontrar essa família.

Então, vê-se que há um envolvimento, se não do juiz... Por aí eu não quero enveredar, mas o envolvimento da escritã é claro. Inclusive houve o casamento patrocinado por Carmem. Ela, Carmem, afirmou isto no depoimento: ela patrocinou o casamento de Célia, que é essa escritã do juiz, e Célia pediu a Carmem que encontrasse famílias para entregar as crianças. E Carmem... A mãe que esteve aqui depondo nesta CPI, Silvana, disse que queria os filhos, que não queria entregar os filhos, que tinha combinado com Carmem que ia entregar, mas na hora em que a criança nasceu não quis mais. A própria Carmem, quando não conseguiu a criança da mãe, foi ao Conselho Tutelar ela mesma fazer a denúncia contra a mãe. Então, vê-se que existe uma interferência. Lá ela disse que não interferiu. Depois, no próprio depoimento, ela disse que foi atrás, que exigiu do Ministério Público uma atitude em relação à realidade da criança, que estava sendo maltratada, descuidada. Com isso ela conseguiu que o juiz a retirasse da guarda da família e a entregasse para famílias de São Paulo de forma provisória.

A gente vê, portanto, que existe uma convivência. Por quê? Em São Paulo elas iam ter tudo. As famílias eram mais ricas, tinham mais condições, e aquela família tinha dificuldades, tinha dificuldades financeiras, às vezes até estrutura familiar difícil. Infelizmente, essa é a visão que existe. Nós precisamos romper com isso e valorizar cada vez mais a importância da presença da família biológica na vida de cada pessoa. A situação financeira e socioeconômica pode mudar, mas o laço biológico é para o resto da vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Registro a presença do Deputado Miriquinho Batista e do Deputado Leonardo Gadelha.

Pediram a palavra o Deputado Miriquinho e o Deputado Presidente. Acho que o Presidente queria falar sobre esse caso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem a palavra o Deputado Miriquinho Batista.

O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA - Deputados, Deputadas, estamos nesta CPI, e cada vez que viajamos e ouvimos depoimentos percebemos,



cada vez mais, como é complexa essa questão, que já virou um comércio de cidadãos e cidadãs. Muitas vezes aquele que acaba de nascer, que ainda não tem nem noção, começa a ser negociado, ou até antes.

Temos uma responsabilidade grande. Acho que a nossa ação foi acertada. Ontem ouvimos até a OAB. Eu acho que quanto mais parceiros buscarmos mais chance teremos de chegar a um resultado muito positivo e eliminar essa prática ilegal no Brasil.

Ao longo do tempo, a gente vinha ouvindo e muitas vezes a própria imprensa vinha divulgando que muitas crianças desaparecem até dos berçários após o nascimento, muitas crianças são trocadas em berçários, e a gente vai vendo que isso é real. Eu já apresentei aqui um projeto de lei para que os berçários tenham câmeras, inclusive para se filmar quem os acessa. Será um instrumento para a gente pelo menos identificar aquele que entra no berçário e acaba levando uma criança, o que já é uma violência.

Concordo com V.Exa., Deputada, nessa questão da importância da família. A gente vê que em muitos casos o processo de doação é legal, mas chega um momento em que a própria pessoa quer saber quem é sua mãe, quem é seu pai biológico, o que é importante, é fundamental. Então, acho que a nossa responsabilidade é grande. Nós temos de buscar cada vez mais parceiros, seja a Polícia Federal, seja a OAB, seja a CNBB, tantos quantos estão nesta luta, nesta tarefa, para a gente resolver essas questões, que estão aí, que são urgentes, que é necessário enfrentar. Nós não podemos mais conviver com essa prática ilegal que estamos vendo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza. Inclusive, nos depoimentos há o caso de uma senhora que estava grávida de uma criança que já estava prometida para uma família. A pessoa recebeu a comunicação para estar presente no dia do parto, mas, quando viu que a criança se parecia com os meninos que foram adotados por Angelina Jolie, ela rejeitou-a, porque era negra. A família não aceitou. Esse caso mostra como é a situação. Há um perfil das crianças que são tiradas de forma abrupta. É sequestro mesmo, é rapto. O que aconteceu com as filhas de D. Odília foi rapto mesmo.



Tem a palavra o nosso Presidente, o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, a gente já tinha conhecimento conceitual e também testemunhal, pelo que ouvimos aqui. “Ouvimos”, entre aspas, porque Carmem acabou não dizendo nada. Ela ancorou-se naquele *habeas corpus* conseguido ao apagar das luzes numa sessão, na véspera, no STF.

Para mim esse caso de Monte Santo, com essa nossa visita lá em Monte Santo, a audiência lá em Salvador, a oitiva que nós fizemos com as mães que foram (*falha na gravação*), para mim está concluído. Um detalhe ou outro a gente pode ainda checar, mas para mim a CPI já tem condições de debruçar-se sobre todos esses depoimentos, fazendo o cotejamento das contradições existentes, e dar passos à frente. Para mim, está encerrado. Eu já tenho a minha visão, como acho que V.Exa. também, e todos aqueles que lá estiveram, a Deputada Flávia Moraes, que também esteve lá e ouviu o depoimento. Para mim as contradições são flagrantes. Eu não tenho nenhuma dúvida mais sobre a participação. Talvez alguma coisa falte esclarecer sobre a escala, sobre a gravidade maior ou menor, mas eu não tenho mais dúvida sobre o caso.

Inclusive eu já faço uma solicitação à nossa assessoria: que reúna todo esse material, e talvez, numa reunião de trabalho, possamos tomar decisões, se vamos pedir indiciamento, se não vamos. Eu acho que nesse caso em algumas coisas a gente já pode avançar.

Só para ilustrar, no depoimento, Deputada Flávia, a essa funcionária lá do cartório, Célia, que nós ouvimos em Monte Santo, eu, insistentemente...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Do cartório?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É, do cartório. Essa que Carmem disse que promoveu o casamento dela, ou da filha, não sei. Dela, não é? Nós perguntamos insistentemente se ela conhecia Carmem Topschall, e ela disse que não. Conhecia de longe, assim, de uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De vista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Conhecia de vista, de uma audiência que ela teve lá e em que ela viu essa Carmem Topschall, mas nunca tinha conversado com ela, não tinha intimidade, não tinha contato algum. E a própria Carmem Topschall, na véspera, tinha-nos dito que conhecia, que patrocinou o



casamento dela, que fez descontos etc., etc., etc. Então já se vê que há uma contradição brutal nesses depoimentos.

Acho que devíamos já ter uma conversa, talvez seja uma medida, com os dois juízes, porque também não sei qual é a participação — é uma das poucas dúvidas que tenho, esta sobre a participação do Juiz Vitor nessa questão —, e tomar as providências que têm de ser tomadas.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive... Posso, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pode, claro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive o interesse de Carmem pelo visto eram as duas crianças pequenas, o bebê e Luan. Ela até pediu a guarda dele. Mas o juiz, por intermédio de Célia, pediu à Carmem que arrumasse pais para cinco crianças. Então, isso deixa o juiz um pouco fora, mas, infelizmente, no final acabou entregando as crianças separadamente para várias famílias. Isso já nos traz dúvidas novamente. Então, é preciso que a gente possa elucidar isso, porque é muito grave. Se houver envolvimento do Judiciário nessa conduta, isso é muito grave.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu registro a presença do Deputado José Augusto Maia, membro desta Comissão que esteve conosco lá na Bahia. Não é dos Maias de Catolé do Rocha, não; é outro Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É dos Maias pobres, não é dos ricos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas V.Exa. está...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só para concluir, eu queria levantar outra questão, que é sobre o caso de Salamanca, na Espanha. Nós ouvimos uma das vítimas, e eu acho que deveríamos — eu já sugeri a ela, mas acho que deveríamos insistir — convidá-la para fazer um depoimento aqui sobre o que nós ouvimos lá, se ela se dispuser a fazê-lo, protegida, evidentemente, quanto à identificação. Eu acho que não só ela fez questão de registrar isso, mas acho que nós temos a plena consciência de que ela não deve expor-se. Acho que mesmo sem a identificação deveríamos ver se ela pode depor. Esse depoimento dela é muito importante para que isso seja divulgado como fato real. Como disse o Deputado Luiz



Couto, o que nós ouvimos dessa moça lá é tão ou mais grave do que aquilo que aparece como ficção na novela.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Deputado, mas eu acho difícil ela vir e não se expor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ela pode...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ela vir depor aqui sem se expor é difícil, porque ela vai acabar sendo vista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas ela pode vir encapuzada, com manto. Existem técnicas que podem fazer com que ela... Ela ficou um pouco reticente, mas acho que a gente deveria insistir. Eu terei todo o cuidado para que ela não possa ser identificada, é claro. Existem formas de colher esse depoimento sem que ela tenha de se identificar.

Por fim mesmo, Sr. Presidente, queria sugerir duas coisas. Nós estivemos em Belo Monte, estivemos em Altamira, numa audiência pública, eu, o Deputado Miriquinho, o Deputado Maia e o Deputado Cláudio Puty, que é também do Pará e é Presidente da CPI do Trabalho Escravo, e na audiência em Altamira estavam lá e nós ouvimos praticamente todas as representações da cidade: conselheiros tutelares, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícia Civil, conselhos de defesa de direitos, Vereadores, movimento de mulheres, o Movimento Xingu Vivo, paróquia, Arquidiocese do Xingu. Vários movimentos sociais e instituições estavam lá presentes, acho que todas as representações daquela região.

O que nós ouvimos nessa audiência em Altamira, Deputado Couto — o Deputado Maia pode depois ilustrar também —, são coisas inacreditáveis: movimentos sociais sendo criminalizados; agentes da ABIN infiltrados no Movimento Xingu Vivo para identificar lideranças, no sentido inclusive de pedir a prisão, e isso está registrado inclusive em matérias jornalísticas; fotografia de índios nos bares; jovens de 13 anos, 14 anos, bebendo nos bares, até praticando a mendicância; redução do efetivo da Polícia Federal e da Polícia Civil, mesmo com todo esse fluxo migratório, brutal, que houve lá; sem falar no canteiro de obras. Essa Boate Xingu, de onde essas mulheres foram resgatadas, essas 34 mulheres, está dentro da área do canteiro de obras do Consórcio Belo Monte e da Norte Energia, inclusive dentro



do decreto de desapropriação para fins de utilidade pública publicado no *Diário Oficial*.

Nós fomos lá, à boate, acompanhados da Polícia Federal. Passamos por duas guaritas da Norte Energia, que inclusive, na segunda, teve de autorizar a nossa entrada, e a boate funcionando lá; um cubículo, um barracão, um salão com bar, duas máquinas de jogos caça-níqueis, um cantinho que eles chamam de *pole dance*, com aquela haste para as meninas se exibirem, fazerem *strip tease* e coisas do gênero, tudo em madeira, num barracão no padrão dos barracões de obra, em Brasilit, aquele padrão que conhecemos, Deputado Miriquinho: Brasilit, madeira, haste, Brasilit em cima, e no final um corredor que talvez seja da dimensão desta mesa, em que cabe não mais do que uma pessoa, e os quartos, se é possível chamar aquilo de quarto, cubículos de madeira crua caiada e um colchão em cima.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Sem janelas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sem janelas e com cadeado, fechadura só do lado de fora, um ferrolho com cadeado. Então, essa é a situação que vimos lá. Está tudo fotografado pela CPI. As pessoas que tiverem interesse depois podem ter acesso.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Posso fazer um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pode, é claro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive acho importante que aprovemos aqui um requerimento convocando os responsáveis por esse empreendimento para que venham a esta CPI explicar como isso aconteceu dentro dessa obra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu queria, se possível...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Desculpem-me por interromper, mas uma das coisas que também nos chamou muito a atenção foi que ouvimos o Adão, ele e sua esposa, o dono, o empregado, o gerente da Boate Xingu, e depois o vimos na revista *Época* ele chegar lá todo inocentinho, aquela coisa.

O pior é o seguinte: a gente vê que onde há essas obras ele tem acompanhado com uma boate dele. Já são 4 obras — não é, Presidente? — que ele acompanha. E uma coisa que nos deixou, assim, certos de que... Ora, se para nós



entrarmos há duas guaritas, para permitir quem entra e quem não entra, obviamente nós já entramos e eles já sabiam que éramos da CPI.

Há uma controvérsia em toda essa história de que não é no canteiro de obras, mas é, sim. Está provado. Pode não ser, não sei, na área que as águas vão tomar, há alguma coisa nesse sentido. Agora, que está... Ora, se há duas guaritas para chegarmos lá, à boate, com certeza está dentro, claramente dentro do canteiro de obras, e houve permissão. Não há quem me diga que não houve permissão, ou no mínimo fecharam os olhos para que aquilo aconteça. É uma coisa que nos deixou muito atentos nesse assunto, porque muita gente diz: "Não, não quero aqui". Em momento algum nem o presidente nem ninguém veio dizer que são as empresas que estão fazendo aquele...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não se pode dizer que elas patrocinaram, mas que há conivência, há cumplicidade, é claro!

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Agora, permissão houve, porque está dentro. Tem-se de passar por duas guaritas para chegar ao local do canteiro de obras lá da boate.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Então, eu queria só, concordando com a Deputada Flávia, que nós aprovássemos aqui um requerimento convidando os responsáveis pelo Consórcio Norte Energia para comparecerem para explicar isso aqui.

Acho também que nós deveríamos... Isto foi um entendimento meu e do Deputado Maia, José Augusto Maia, e do Deputado Cláudio Puty: não é possível essa obra continuar sem o cumprimento mínimo das condicionantes que foram estabelecidas, pactuadas por todos, porque nós vamos reincidir em situações trágicas como essa. Todos os indicadores de violência, segundo a Polícia Federal e a Polícia Civil, explodiram, todos. Alguns deles quadruplicaram, segundo as autoridades policiais. E as condições logísticas de enfrentamento disso continuam as mesmas, ou regrediram. Acho que nós deveríamos também fazer um apelo ao Delegado da Polícia Federal e ao Secretário de Segurança Pública do Estado no sentido de ajustarem esses efetivos policiais, para poder... A gente sabe que isso não vai resolver o problema, mas é uma das medidas que nós devemos tomar.



Da mesma forma, eu acho que deveríamos marcar uma audiência com a Ministra Miriam Belchior, com a Ministra Maria do Rosário, retornando o que ela pediu. Nós, quando estivemos lá, dissemos que íamos lá para que ela pudesse ter mais informações sobre isso, porque ela também, como nós, duvidava de que a boate estivesse na área do canteiro, e porque não adianta apenas a gente constatar e escandalizar-se com a situação. Nós temos de tomar providências para que isso não possa reproduzir-se.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Presidente, há uma coisa que talvez o senhor tenha esquecido, que foi importante e inclusive tem relação ao que a Ministra nos pediu que nós observássemos. Como ela disse que lá esse juiz estava dando um aparato, na questão, e foi confirmado, lá em Belo Monte, na área do Pará aonde fomos, tudo bem; já na Bahia houve muitas reclamações, do próprio Ministério Público e das entidades, lá de que a questão lá do Conselho Tutelar, do apoio, essa coisa lá não está realmente... Na Bahia foi reclamado muito isso; inclusive a própria procuradora lá, quando nos falamos, achou interessante que o Ministério observasse. Tudo bem, a gente observou que lá há uma presença do Ministério com relação... Mas na Bahia, não. Então, é bom que a Ministra tome conhecimento de que na Bahia a coisa está meio sem... Não está havendo a preocupação devida nem a que ela está achando que está acontecendo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nessa proposta do Deputado Jordy, o que nós poderíamos fazer? Ontem foi feito o lançamento do II Plano de Enfrentamento da questão do tráfico de pessoas. Estavam presentes a Ministra Maria do Rosário, a Ministra de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci, e também o Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça. Seria importante que a gente pudesse convidá-los para que pudessem fazer uma apresentação, e ao mesmo tempo nós apontaríamos a eles os casos emblemáticos que mereceriam da parte desse Plano um tratamento especial. Seria nesse sentido o que a gente poderia fazer.

Agora, lá, Deputado Jordy, foi comentado o seguinte: que era importante, e acho que a gente não tem mais como ir lá. Nós podíamos pedir ao juiz, que está lá ainda, nessa situação, e ao Ministério Público que ouçam 3 pessoas sobre as quais a gente não tem informações e que são citadas nos depoimentos, que são



Raimunda, Rai, que seria uma intermediária; Edite foi ouvida, mas a gente não conseguiu ouvir Raimunda, Rai; e também o Dr. Aderaldo, que é um advogado que está em todas, parece que ele participa de todas as reuniões, era ele quem definia as coisas lá, esse Dr. Aderaldo, e lá também foi citada a promotora ou juíza, não sei se... Deve ser promotora, a Dra. Bárbara, que é citada inclusive pela juíza. É juíza?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Juíza da Infância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É? Eu acho que seria importante a gente não só ir lá mas também pedir que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ...o Ministério Público fosse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Ministério Público ou mesmo o juiz, lá, que está investigando também, que está nesse caso, que possa ouvir essas três pessoas.

Deputado Miriquinho, V.Exa. quer falar? Deputado José Augusto Maia, mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu quero parabenizar nosso Presidente de hoje pela condução dos trabalhos, o Deputado Arnaldo Jordy, também sempre "maestral" aqui, na condução dos trabalhos da CPI, e hoje dando oportunidade para o Deputado Luiz Couto, que tem sido aqui um Deputado, um Vice-Presidente de Comissão muito atuante, e com certeza tem contribuído muito para os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu já disse para Jordy que como Vice-Presidente eu não vou dar um golpe para tomar o lugar dele, não.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Presidente! Presidente! Presidente Luiz Couto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois não, Deputado Fábio, Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu acho que o relato dos senhores me deixa mais interessado ainda em participar desta Comissão, e acredito que nós precisamos também, a cada lugar a que formos, verificar a atuação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, porque na verdade as nossas fronteiras



estão abertas, abertas ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas, e a responsabilidade desta CPI é muito grande, porque daqui a uns dias nós vamos ter problemas, se nós não tomarmos as providências, que vamos tomar, com certeza. Precisamos tomar as providências cabíveis e necessárias para que se não trafiquem seres humanos no Brasil como se traficam armas e drogas, porque as nossas fronteiras estão abertas e a cada dia têm entrado cada vez mais drogas e armas. Que as nossas crianças não sejam levadas da mesma forma, do mesmo jeito como é feito com as armas e as drogas.

Então, a gente precisa ter muito cuidado. Acho que a preocupação redobra a cada dia. Cada vez que um membro desta CPI faz essas visitas, a gente percebe como está o nosso País. E são os casos que vieram à tona, que a mídia nos traz, mas precisamos ver o que está acontecendo nos recantos aí do Brasil em cada cidadezinha, como estão sendo tratadas essas nossas crianças pobres em todo o Brasil. Então, acredito que esse depoimento nos faz estar aqui. A cada reunião nós vamos estar aqui atentos, aprendendo com os senhores e querendo participar dessas viagens também, para que nós possamos ajudar o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Obrigada, Deputado Major Fábio. Muito bem-vindo a esta CPI. Obrigado pelas contribuições de hoje. E daí esta grande preocupação da nossa CPI justamente de poder não só desvendar um ou outro caso, mas de entender como funciona esse esquema do tráfico em cada uma dessas modalidades, para que nós possamos cercar, criar uma rede de proteção forte, que possa enfrentar de verdade esse problema no nosso País, não de mentira, mas de verdade, que realmente funcione e que apresente resultados.

Hoje o que a gente vê é que o problema correr livre, à nossa revelia, e nós precisamos, com uma penalidade maior, com políticas públicas mais eficientes, fazer o enfrentamento sério desse tráfico, que é um problema sério.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Sra. Presidente, eu não sei se... Na verdade, eu sei que a CPI está sendo divulgada, que os brasileiros sabem, muitos brasileiros sabem da existência desta CPI, mas nós sabemos também que às vezes a mídia não consegue alcançar todos os fatos, ou consegue alcançar, mas não com



essa informação precisa de que a CPI existe. Hoje nós estamos assistindo a essa novela que trata do tráfico de seres humanos, mas eu não sei nem se a autora dessa novela — que é muito importante para o povo brasileiro, por essas informações que estão sendo levadas ao conhecimento de todos —, se a autora dessa novela, se as pessoas ligadas a essa novela sabem da existência desta CPI. Não sei se já houve algum contato com essas pessoas, até com a própria emissora, que está promovendo essa novela, para que a gente pudesse, de uma forma ou de outra, divulgar também esta CPI por esse meio de comunicação, para que chegasse ao povo brasileiro que existe preocupação por parte da Câmara Federal, exatamente com a criação desta CPI. Acho que isso seria interessante.

Não sei se já houve uma conversa nesse sentido aqui, um debate nesse sentido, mas acho que seria interessante que a gente pudesse envolver essas pessoas que conseguem, por meio da novela, por meio do poder da mídia, chegar aos quatro cantos do Brasil, que a gente pudesse também, por meio disso aí, levar a informação de que existe esta CPI, que está pronta para ir a qualquer lugar do Brasil em que alguma criança, algum cidadãozinho brasileiro esteja em apuros. Não sei se houve algum debate sobre isso, sobre se nós pudemos fazer isso. Gostaria muito de debater uma forma de fazer isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Nós vamos levar a sugestão de V.Exa. ao Presidente da CPI.

Pois não, Deputado José Augusto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu posso adiantar, pela conversa que nós tivemos com o Presidente, que já houve um contato com o pessoal da novela. Acho que procuraram o Presidente.

Na realidade, é o que V.Exa. diz: a CPI vai muito mais a fundo. A CPI pode fazer oitivas, coisa que a imprensa não pode fazer. Mas, na realidade, eu acho que eles vão interessar-se, Deputada, porque é um momento em que tenho observado também que há assuntos em que a novela nem toca, e existem coisas às vezes muito piores, nessa rede de violência, de tráfico de crianças e de pessoas, de trabalho escravo também, porque tudo isso envolve o trabalho escravo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Na verdade a novela serve para chamar a atenção da população. Às vezes as coisas acontecem, e nós não...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Na verdade, essa novela tem um resultado muito forte na prevenção, porque muitas vezes a mocinha que mora lá no interior, quando é assediada para viajar para a Europa, para ganhar mais, acaba indo, e hoje essa novela, como o senhor disse, chega a todos os cantos. Novela em horário nobre chega a todos os cantos do País. A casa às vezes pode não ter nada, mas a televisão está lá, e a pessoa que assiste à novela, essa mocinha já vai começar a pensar diferente, vai ter um cuidado maior, a família. Inclusive, no caso dessa denúncia que houve na Bahia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Na Bahia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - ...o que resgatou essas meninas de Salamanca na Espanha foi uma denúncia feita por uma mãe que assistiu à novela e desconfiou. A filha estava lá e não dizia nada, mas a mãe desconfiou de a filha desligar o telefone rapidamente, de a filha não poder falar, e a mãe denunciou, a polícia foi lá, chegou lá e constatou que era realmente um caso de tráfico. Essa é a função dessa novela. Com certeza, hoje a visão que as meninas do interior têm desse tipo de oferta é diferente do que tinham antes dessa novela.

E aqui quero fazer uma referência à autora, Glória Perez, que teve a coragem de enfrentar, de abordar esse tema, que é um tema que muitas vezes fica velado, escondido, as pessoas não têm coragem de falar disso publicamente. Acho que ela foi muito feliz na escolha desse tema, porque infelizmente as vítimas ficam totalmente sem apoio, sem condições de denunciar, sem condições de obter alguma proteção contra esses algozes.

Quero convidar os Deputados que quiserem participar de reunião na Secretaria da CPI, logo após esta reunião, para que possamos tratar de assuntos internos, assim como a assessoria da Comissão também.

Mais alguma coisa, Deputado José Augusto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quero reforçar essas observações sobre a novela que V.Exa. faz, sobre como essa novela está dando resultado positivo, no sentido de que alertar as meninas que recebem esses convites fabulosos e na realidade estão entrando em uma fria, como observamos. A novela tem esse sentido muito positivo de orientar.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Isso. Dificulta o aliciamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Exatamente, porque uma das coisas que surpreende ouvindo as meninas, Deputado, é uma coisa interessante, e parece que é uma prática usada em todos os casos, é que elas são convidadas para ir e quando elas chegam o débito que já têm é muito grande. Eles dão tudo que elas querem. Quando chegam à Europa, por exemplo, como no caso da Espanha, eles vão para as boutiques boas, vão para onde elas quiserem. O que eles querem é que elas gastem e fiquem dependentes. A elas não é pago nada, é só recibo. Elas ficam sempre em débito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - É. Olhem, quando falamos em prevenção no nosso País, aí fala-se em campanhas, não é? E não há livrinhos, não há *folder*, não há cartaz, não há nada que divulgue mais do que uma novela da *Globo* em horário nobre.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Inclusive eu digo que um tema que tem de ser abordado em uma novela da *Globo* em horário nobre é o *crack*. Acho que até hoje não surgiu como devia, porque com certeza é ali que nós conseguimos chegar a cada canto do País.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - A todas as classes. De A a Z, todo o mundo vê.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Ali há só uma coisa. Vejam bem: o que eles chamam lá de passe, aqui a gente chama de programa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Agora, vejam, no café da manhã ela tem direito a um passe. Quando faz um programa ela tem direito a 30 euros. Por exemplo, um café da manhã lá são 30 euros, o almoço são 30 euros, o jantar são 30 euros, e mais uma parte que ela paga lá são 30 euros. Naquele dia, num dia, numa noite todinha, ela teria de fazer, para pagar as dívidas, cinco passes. Veja que isso é uma tortura, não é verdade? Na realidade, é uma coisa triste quando



menina conta para a gente, quando a gente ouve a realidade; é como disse o Presidente, parece que é muito pior.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Sem contar a indução à dependência química, porque, quando acontece essa degradação total da pessoa, aí a pessoa começa a fazer qualquer coisa pela droga.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - E aí a degradação física e psicológica é mais rápida ainda, e geralmente eles fazem isso para a pessoa ficar mais vulnerável lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E tudo que elas pedirem eles dão, desde que fique o débito. O débito aumenta, mas na prisão ficam elas. E quando elas querem sair, aquela coisa de não poderem sair é por isto, é por terem de pagar o débito. Então, se ela quer ir ao supermercado, ela pode. Ela adoce; vai ao médico? Vai, mas vai alguém acompanhando, alguém que está também lá, no esquema, que parece ser igual a ela, mas não é. É alguém... E na novela a gente observa essas coisas também. Quer dizer, é uma realidade muito triste.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Muito dura.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Presidente, outra sugestão que a gente traz também é a questão do Disque Denúncia da Secretaria de Direitos Humanos, o 100 e o 180, que foram bem divulgados nestes últimos dias.

E que nós possamos acompanhar o relatório dessas denúncias, para que as denúncias não cheguem para a gente, para a CPI, só no momento em que sejam divulgadas pela imprensa. Que a gente possa acompanhar e fazer uma triagem dessas denúncias, e nas denúncias interessantes e talvez concretas a gente possa antecipar-se aos fatos.

Eu acredito que nesses próximos dias vão chegar muitas denúncias no 100 e no 180. No caso da menina da Paraíba eu fiz uma solicitação à Polícia Federal. Eu tenho conhecimento de que ela vai dizer que não vai entrar no caso. A Polícia Federal não vai entrar no caso. Eu acredito que ela não vai entrar no caso por alguns motivos. Talvez tenha entrado em contato com a Secretaria de Segurança da Paraíba, e o Secretário pode ter dito: "Não, eu não acho que o caso aconteceu aqui, esse fato deu-se aqui". Então, eu gostaria que a CPI também acompanhasse,



porque não há polícia no mundo que tenha uma bola de cristal. Às vezes, diante de um caso que parece ser simples, há um caso de tráfico de seres humanos. E quando a Polícia Federal vier a entrar no caso a menina pode já estar morta. Então, a gente precisa antecipar-se aos fatos e acompanhar as denúncias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Eu gostaria de solicitar ao Deputado que fizesse um requerimento à CPI para que nós possamos tomar algumas providências, tanto no sentido de solicitar um acompanhamento desse caso, para que a possamos ter um acompanhamento mais efetivo...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Muito obrigado, Deputada. Eu peço até perdão pelo meu entusiasmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Ah, isso é muito bom.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu espero que este entusiasmo permaneça, fique. Mas eu estou vendo que o Deputado aqui é entusiasmado e não entrou hoje, não é? Já faz algum tempo e está entusiasmado. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - É um Deputado muito atuante o Deputado José Augusto.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Exatamente. Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Está bom, Deputado. Seja bem-vindo.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião da CPI.